

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Cicero Mayk Ferreira Bezerra de Oliveira

**HISTÓRIA E LITERATURA: A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA**

Delmiro Gouveia  
Dezembro 2017

Cicero Mayk Ferreira Bezerra de Oliveira

## **HISTÓRIA E LITERATURA: A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História pela Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Orientador: Prof. Dr. Aruã Silva de Lima

Delmiro Gouveia  
Dezembro de 2017

# HISTÓRIA E LITERATURA: A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA

Discente: Cicero Mayk Ferreira Bezerra de Oliveira

Orientador: Dr. Aruã Silva de Lima

**RESUMO:** A presente comunicação pretende contribuir com reflexões acerca da relação da História com a Literatura e a possibilidade de legitimar os textos literários como fonte documental. Aponta-se a trajetória historiográfica discutindo como era pensada sua utilização a partir de diferentes enfoques teóricos cujos pontos ora se aproximam ora se distanciam na busca da legitimidade histórica. Assinalam-se ainda algumas questões de caráter metodológico para construção de uma abordagem para esse tipo de documento na investigação do ofício histórico. Busca-se, por fim, contribuir e reafirmar o potencial analítico possível que decorre da relação entre o fazer histórico e com utilização de obras literárias como matéria prima do historiador.

**Palavras-chave:** História, literatura, fonte documental, metodologia.

## 1. INTRODUÇÃO

O panorama no final do século XIX apresentava um interesse das ciências humanas de aproximação e tentativa teórica com o rigor das ciências empíricas. A relação entre História e Literatura é conflitante especialmente a partir do momento que ficou constituído o paradigma científico principal para o estabelecimento da História como ciência, no século XIX, cuja reivindicação estabelecida era da introdução de uma escrita objetiva, desvinculada da narrativa sem método e despreocupada com análise. Tal como fez Clio ao registrar escrevendo e documentando o ato que pretendia conferir veracidade aos acontecimentos tidos como importantes os quais outrora somente prenotados e transmitidos oralmente, determinam a postura a ser adotada, partindo dessa premissa por seus súditos, se faz então necessária para a definição do conceito da História como ciência delineando o percurso obrigatório na análise do ofício de historiador. Isso ocasionou distância e desencontros em especial com outra musa, Calíope, que tem sob sua tutela a inspiração e a eloquência como seus atributos.

A legitimidade da prática do historiador passa pela reflexão da objetividade de seu trabalho e pelo pressuposto de que a História como conhecimento científico junto a suas fontes evidenciam representações do que teria sido o passado em pesquisa. Em resumo, acreditamos que sem a distinção entre o que é e o que não é assim, não pode haver história (HOBSBAWM,

1997). Dessa forma fica implícito que para que haja distinção e a construção da veracidade histórica o debate é o recurso que intermédia as diferentes experiências humanas confluindo para a riqueza de interpretação. A humanidade existe a partir da sua experiência de percepção da alteridade, do conhecimento do outro. Das vivências, dos encontros e desencontros. Das continuidades de suas ações ou rupturas delas. Mais especificamente como sugere Bloch (2001, p.55) a História é a ciência dos homens no tempo.

Para tanto, os debates que sempre existiram fizeram com que acontecesse reestruturação dos paradigmas teóricos contínuos, a partir do final do século XIX, onde os mesmos experimentaram mudanças significativas que conduziram os pesquisadores às novas abordagens historiográficas que buscam ora reforçar a estima do conhecimento histórico ora sacudir suas bases teóricas levando crítica ao fazer histórico e suas concepções de existenciais. Tais apontamentos estão baseados em especial nas principais correntes historiográficas do século XX que desembocaram em multiplicidade de expressões de pensamento e possibilidades. Para exemplificar nossa afirmação enunciaremos as correntes que se constituíram como a História Social, História Econômica, História das Mentalidades, História Cultural, História Política Renovada.

É sabido que esses novos enfoques teórico-metodológicos tiveram anotado muitos mais pontos positivos que negativos. Alguns historiadores viam nesse processo o perigo de descaracterização da ciência histórica levando-a ao declínio do campo de domínio acadêmico o que foi conquistado pelo movimento dos historiadores vinculados à revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch e que prossegue até os dias atuais. Entretanto a evolução dos debates sempre levou o campo de saber, quase que de imediato, para uma revisão no método, então em voga, fator esse imprescindível que assegurou o posto de ciência à história em meados do século XIX que tinha essa síntese segundo Pinsky:

A Escola Metódica francesa encarregou-se de estabelecer os parâmetros metodológicos orientadores da crítica interna e externa das fontes com o objetivo de assegurar a autenticidade documental para reconstruir objetivamente o passado numa correlação explícita de causa e consequência. Concomitantemente, os filósofos buscaram dar sentido ao desenvolvimento histórico das sociedades ocidentais e, convictos dos princípios do racionalismo, concluíram que a evolução e progresso presidiam os destinos do povo.

Rejeitando a teoria metódica e situados por esses novos paradigmas os historiadores buscaram o entendimento de sua época e suas transformações baseados em estruturas de cunho político cujos parâmetros se desenvolveram a partir de estudos econômicos e sociais. Entretanto outros historiadores conseguiram dar continuidade para explorar e se aventurar por fronteiras que insistiam em não definir o limite teórico movendo esses pesquisadores a afirmar o sentimento que segundo Bloch (2001, p.21) não poderia bastar ser um burocrata da história mas um andarilho fiel. Nesta concepção, de continuar experimentando na história, o ideal dos *Annales* estava bem representados por este grupo de historiadores que ousou na abordagem metodológica em busca de progresso do saber histórico onde Bloch como um dos fundadores da revista e de suas bases teóricas as quais seguidas apontam para a seguinte afirmação:

Nessa marcha rumo à inteligibilidade, porém a história ocupa um lugar original entre as disciplinas do conhecimento humano. Como a maior parte das ciências, ainda mais que elas, pois o tempo é parte integrante de seu objeto, é “uma ciência em marcha”. Para permanecer ciência, a história deve ser mexer, progredir; mais que qualquer outra não pode parar.

Para o prosseguimento da marcha histórica se deve observar que objeto de estudo, a humanidade, busca compreender a si mesma, o seu comportamento ou comportamento do ser. A expressão no infinitivo nos leva ao entendimento de algo complexo de se apreender na totalidade, o ser. Talvez mesmo intangível. Mas se encontra envolto em manifestações e estruturas culturais quais materializam suas atitudes e organização sua forma de pensar e agir. Esse questionamento é o material principal dos estudos filosóficos mais específicos e que não nos cabe aqui pesquisar ou resolver suas abordagens.

Considerando essa ação ainda destacamos que à possibilidade dos novos enfoques na maneira do fazer históricos não foram elevadas em só momento do recorte temporal, mas como já mencionado antes, em discussões distintas. Essas discussões teóricas foram revigoradas e as novas práticas surgidas por meios dos debates foram ganhando reforços teóricos que garantiriam uma expansão do trato das fontes. As primeiras fases do movimento dos *Annales* demonstraram que as fontes historiográficas deveriam ser alargadas, inclusive, ressaltando a pertinência das obras artísticas como portadoras de vestígios do passado. Somente com o transcurso da década de 60 do século XX é que percebemos, de forma mais nítida, a incorporação da literatura aos estudos de história.

Nosso objetivo está centrando na discussão das modalidades discursivas e textuais que

provocam ora afastamento, ora aproximação da relação entre textos literários com o trabalho histórico. Ou seja, discorreremos sobre as possibilidades teóricas do uso de material literário como fonte histórica, trazendo confronto das correntes teóricas em debate no decorrer do final do século XX.

Entendemos que o texto literário nos permite entender através das diferentes vozes dos personagens e do autor a complexidade de um imaginário de uma época sobre certos assuntos, a inclusão de certos assuntos por grupos nas sociedades. Ressaltando que por mais que os textos sejam parecidos e se aproximem da verdade, ainda se apresenta como ficção e por isso devemos confrontá-la como outros registros históricos buscando contextualizar a obra para melhor entender os múltiplos significados da realidade histórica.

Partindo desses pressupostos vamos confrontar as possibilidades de relação de aproximação entre Literatura e História, como forma de leitura e apreensão do mundo, estabelecendo para análise que ideia de indagação da realidade parte do campo da história. Não se trata apenas de moldar a fonte literária aos nossos interesses, mas estabelecer em nossas perguntas, a mesma força e criatividade presente no ato da escrita e leitura da obra de literatura.

## **2. HISTORIOGRAFIA E SUAS FONTES**

Para adentrarmos no assunto devemos compreender que o termo *fonte* possui diversas variações de significado. Dentro das acepções mais encontradas nos dicionários, dois sentidos em especial que não são exatamente contrários, porém tão pouco se completam, recebem atenção para o entendimento em história. Assim encontramos: a) nascente de água, chafariz, princípio, origem; b) a causa primária de um fato, sua verdadeira origem, autoridade competente.

O primeiro sentido está relacionado com a ideia de natureza como início. A apresentação da criação do mundo e seus seres que por seguinte remete a visão cosmológica da humanidade numa explicação entrelaçada com o enredo das grandes e mitológicas narrativas. O segundo entendimento apresenta um bem definido sentido que foi adquirido do Direito e da Teologia herdando noções de *evento, verdade e autoridade*. Sendo assim enquanto o primeiro sentido faz referência a ideias líquidas, fluidas, indecisão e hesitação o segundo apresenta noções definitivas, estáveis e precisas. Para o nosso entendimento esta

noção de *fonte literária* será norteadora desta comunicação.

Outro ponto que devemos esclarecer é o sobre o conceito de *Literatura*. Afinal compreender o que tem de particular em tal modalidade de expressão é importante para refletir, identificar e comparar quais atributos se assemelha com a narrativa histórica e também com outros textos.

Embora para nós o conceito aparente possuir uma definição já naturalizada e constituída ele na verdade é o resultado de várias outras significações que aconteceram ao longo da história. É certo que a conceituação dessa arte, do modo como a conhecemos, é um produto dos processos históricos ocorridos no Ocidente a partir da sua matriz europeia (FERREIRA, 2005, p.65). Ou seja, esse percurso teórico é influenciado e está dependente, em cada sociedade e cada tempo, de instâncias de legitimação que definem o que seria obras referenciadas como valorosas ou insignificantes, por exemplo, a igreja na idade média, ou instituições nacionais do século XIX e XX, elites letradas, universidades, críticas especializadas e mais recentemente a indústria cultural. Porém, deixamos claro, que os juízos estéticos não cabem na pesquisa histórica. Apesar de terem sido elogiadas ou recusadas, independentemente de as instituições legitimadoras à sua época, o que importa na verdade para o historiador é a oscilação desse valor pela crítica. Ou seja:

A busca da compreensão como tais avaliações são constituídas no interior das sociedades e de que maneira se forma e disseminam os gostos, como repercutem no coletivo e permanecem ou não historicamente. Afora tal propósito específico perseguido também pela Sociologia, devem interessar à pesquisa histórica todos os tipos de texto literários, na medida em que sejam vias de acesso à compreensão dos contextos sociais e culturais: *literatura maior* ou *literatura menor*, escritos clássicos ou não, eruditos ou populares, bem-sucedidos no mercado ou ignorados, incensados ou amaldiçoados.

Para essa citação, os exemplos apontam para o conhecimento de obras que não obtiveram reconhecimento em sua época e experimentaram perseguições e se tornando estigmatizadas obtendo consagração, não raras vezes, só postumamente. Não poucas obras foram abolidas pela Igreja Católica ou admoestadas por governos ditatoriais. Constatamos inclusive que o inverso também acontece que seria o fato de haver obras premiadas em uma época pregressa e que submergiram de suas conquistas em tempos presentes.

Para Moisés o termo *Literatura* indicava primeiro “ensino das primeiras letras” posteriormente “arte das belas letras” e finalmente “arte literária”. Muito comum na Europa o

termo representar o grau de instrução e toda uma bagagem cultural daqueles que estavam imersos nesse ambiente letrado e essa percepção perdurou através dos ambientes legitimadores por muito tempo e que ainda se encontra indícios dessa concepção até os dias atuais. A quantidade de livros lidos por um sujeito é recebido culturalmente como sinônimo de erudição, por exemplo. Servido de parâmetro para a indústria cultural saber quais são essas obras. Veremos mais sobre esse assunto adiante em outro momento.

Prosseguindo, e buscando referências primevas, encontramos com Aristóteles, e por seguinte em momentos diferentes sendo utilizado por muito estudiosos, o conceito cunhado de *mimese* ou a literatura como representação ou imitação do mundo. Porém a arte *engajada* apresentada por seus defensores de ideologias com viés políticos indicava que a feição da literatura deveria conter obrigatoriamente a crítica do escritor diante da realidade (FERREIRA, 2005, p.66).

Porém nesse mesmo recorte temporal encontramos outra posição teórica. Perante a influência dos estudos linguísticos iniciados na segunda metade do século XX, um novo emprego conceitual distinguiu e especificou o fazer literário. Agora se torna imprescindível enfatizar não somente o conteúdo das obras, porém toda forma de produzir literatura, ou melhor, as formas de linguagem utilizadas nessa concepção. Sendo assim:

O termo inventado para essa definição é *literalidade*, segundo o qual a literatura se distingue de outras expressões escritas pela utilização de signos verbais *polivalentes*, isto é, por *metáforas* que “representam a realidade, à semelhança de todo signo, mas representam-na deformadamente”.

Outra teoria traz acréscimo do conceito que a literatura de ficção contemporânea expõe o plurilinguismo e o dialogismo, ou melhor, diferentes vozes além da voz do narrador (BAHTIN, 1988). Compreendida assim verificamos que a literatura tem um panorama que a define como uma documentação não do real e tão pouco é uma representação do discurso científico, jurídico, filosófico, político etc. A literatura seria uma ficção; apenas uma transfiguração da realidade, utópica e fantasiosa que está enraizada na sociedade e presa as condições de tempo, sociais e econômicas e sua definição estão condicionadas ao seu tempo histórico sendo flexível a quem fala de onde fala e para quem fala. Atualmente não encontramos uma definição canônica e universal de literatura válida para qualquer tempo.

Tendo definido essas questões a cima prosseguimos com a exposição dos pontos de

estabelecimento de teorias históricas. A metodologia da História, ainda no século XIX, tentava deixar claro o que era permitido ou não para seus praticantes ao desenvolverem pesquisas sobre fatos históricos. No avanço bem reputado que se encontrava as ciências naturais, nessa época, a História buscou seu estatuto científico. A Escola Metódica norteava o proceder de análise das fontes para sentido de construir o passado fidedignamente. Para isso atribuía legitimidade somente às fontes de cunho político.

Nessa perspectiva os textos literários, assim como outras fontes artísticas não recebiam conceituação de documentos *fiéis* de chancela para investigação histórica. O termo, fonte histórica passou a ser utilizado preponderantemente como o sentido de documento. Como já mencionamos aqui Clio tivera sua importância alçada ao topo das ciências no final do século XIX o que promove de status à literatura lhe servir como mera ilustração da sociedade sendo a escrita literária, quando utilizada pela história, apenas como plágio do real. Entendida como expressão artística do seu criador, era tida como manifestação subjetiva do artista e representação das artes de sua época. Essas afirmações nos trazem a dimensão do horizonte teórico-metodológico que história tinha delimitado e que a clareza dessa determinação estava bem assegurada pelos pesquisadores pautando o tipo metodologia pretendiam realizar. Para completar o que dissemos a historiadora Cláudia Freitas de Oliveira traz a seguinte assertiva:

Durante o século XIX, o lugar que a Literatura ocupava na produção do conhecimento histórico era secundário e complementar. Secundário porque a prioridade dada ao historiador em relação aos registros deixados pelos indivíduos do passado estava nos documentos “confiáveis” (leiam-se, oficiais). Complementar, porque na não disponibilidade destes, restava-lhe recorrer a outros registros. Mesmo se valendo da literatura, o historiador via essa linguagem com certa desconfiança já que por ter um caráter essencialmente fictício, ela não continha a veracidade que tanto objetivava em suas evidências. Nesse sentido, o significado que dará o historiador positivista à literatura será o de *fonte*. Ela é vista apenas como *documento*.

Sendo assim fica determinado o campo de atuação e os domínios estabelecidos pela História pra se valer como ciência e quão comprometida era sua decisão em descrever a realidade ocorrida, através das fontes coletadas, e afastar-se da relação com manifestações de quaisquer esferas artísticas. No entanto, a renovação dos conceitos da historiografia transcorridos na virada para século XX, com o movimento dos *Annales*, nascido na França, porém com alcance mundial e notável, refuta a postura teórica e metodológica do trato das fontes pela Escola Metódica. O movimento apresenta em oposição à história político-factual ao

debate sobre o enredamento das experiências humanas que poderia se apreendida pela história-problema. A crítica da norma teórica traz a reestruturação da metodologia que segundo FERREIRA:

É assim que passaram a dar ênfase aos processos sociais e econômicos, e, nas décadas seguintes, também aos aspectos mentais das civilizações. Tamanha ambição exigiu uma postura interdisciplinar, que os levou se aproximarem das áreas de conhecimentos vizinhas, como a Geografia, a Sociologia, a Economia e a Psicologia. Outra decorrência desse horizonte intelectual foi a utilização de novas fontes de pesquisa [...] não mais circunscrita aos documentos políticos oficiais.

A partir das novas possibilidades teóricas e do revival no interesse de dialogar com as diversas ciências – Sociologia, Geografia, Economia e a Psicologia – a História obtém como consequência a ampliação do repertório das fontes históricas.

A abertura de opções teóricas juntamente com as possíveis relações interdisciplinares traz condições para se experimentar uma gama de fontes ainda pouco exploradas. A abordagem da fonte literária teve como precursor Lucien Febvre no livro *O Problema da Incredulidade no Século XIV*, com seus estudos sobre *François Rabelais* publicados em 1942. Apesar de *O Problema da Incredulidade no Século XIV* ser a obra de referência, Febvre, em escritos anteriores já tinha afirmado que o trabalho de pesquisa para o historiador baseia-se:

Os textos sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivo em cujo favor se cria um privilégio. Mas também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência

### **3. A PERTINÊNCIA DA ESCOLA DOS ANNALES NO FAZER DA HISTÓRIA: A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES.**

A História das Mentalidades, particularmente, surge no contexto mencionado acima e encetou a investigação dos textos literários. Importante pontuar que a historiografia moldada pela tradição dos Annales, foi tencionada pelas críticas de historiadores como Pierre Lacombe, cujo alarido pedia o distanciamento do trato da fonte como trivial acontecimento, enquanto Gabriel Monod reivindicava atenção particular às estruturas. François Simiand se rebelava contra os “três ídolos” que são o político, o individual, e o ídolo cronológico. Tal postura em resposta a

Fustel de Coulange e Leopold Von Ranke que defendiam uma espécie de passividade do historiador perante a fonte. Ou seja, que a fonte falasse por si mesma.

Notadamente foram estes pesquisadores do “pré-Annales” que sustentaram posições teóricas as quais foram expostas durante a trajetória do fazer histórico, contribuíram para que a primeira geração dos *Annales* existisse, visto que esta escola se utiliza das linhas críticas do pensamento historiográfico.

A necessidade de provar os fatos, um paradigma iluminista presente nas normas científicas da história, estar preso a documentação, a fonte, no registro o que permite afirmar que a história é um saber que opera por meio da escrita e essa condição. Segundo LE GOFF (1990, p. 545), “Independente do plano e do tipo de texto a ser analisado deve considerar sobre o documento ser monumento, produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que a detinham.”

Essa afirmação nos dá o sentido da ampliação que continuava acontecer na percepção do fazer histórico. Mesmo atento à comprovação do acontecido e a aversão imprimida a formas artísticas, essas consideradas o oposto da ciência, ainda havia no documento alguns elos para aproximação do entendimento que se encontravam no texto, na escrita e na interpretação. O que outrora conquistou o espaço por meio da objetividade científica com o método conferindo veracidade às fontes, começava a ser questionado. O pensamento vinculado ao materialismo histórico na sua atuação metodológica do determinismo social, ou melhor, a influência das conjunturas sociais cujas normas eram propulsoras da explicação histórica e que disseminou métodos e temas alargando as formas do fazer histórico experimentou oposição em meados do século XX por um conjunto de paradigmas chamados de “pós-moderno” que segundo EAGLETON (1998, p.7):

É uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito e diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades.

A afirmação acima exemplifica o nível de disputa pelo espaço teórico na história. Fruto dos incessantes debates e de um momento histórico no qual existia um descrédito do modelo

explicativo vinculado a aplicação da objetividade, no campo teórico, como também na desprestígio da utopia no campo social e político. Porém, nasce atrelada a esse conceito de pós-modernidade a iminente negação dele próprio pelos seus pesquisadores praticantes. O exemplo da historiadora Natalie Zemon Davies autora de livro *O retorno de Martin Guerre* receia classificá-lo como pós-modernos e ao falar sobre este diz: “Se o pós-modernismo, segundo entende, é recusar generalizações e tratar a cultura e a linguagem como condicionantes das ações humanas, tal categoria é dispensável: de certa forma, tudo é gerado culturalmente.”

Se até os historiadores que criticam as formas de explicação de viés social não aceitam os seus próprios paradigmas e tão pouco os definem a compreensão destas novas dinâmicas de se fazer História, estes também geram afinal confusão de entendimento. Os pontos chave dessa teoria para história estão evidenciados no desmanche das fronteiras da disciplina, oposição à sistematização e ao foco do campo racional, vivido e declarado. O abandono e a recusa dos grandes modelos explicativos de conhecimento “inteiro” para se ater ao fracionando, aos pedaços. A ênfase no discurso, em especial, não deixa claro que modelo esta historiografia pós-moderna pretende seguir, pois os campos de trabalho que lhe sobram são relativistas e por vezes a imaginação é o tom de suas análises que dá ao aspecto de subjetividade um caráter de legitimidade. Para VIEIRA(2009, p. 16)

Como exigir, pois, que em meio à descrença nas ideologias, nas fronteiras entre campos de saber, na separação entre real e virtual, a história assumira um comportamento rígido e fechado nos cânones *annalistas*, marxistas ou estruturalistas? A não ser que os historiadores permaneçam forçosamente alheios às mudanças à sua volta.

As mudanças acontecem e são conhecidas através do panorama das disputas teóricas que trazendo a onipresença da prática de questionamento sobre *verdade* histórica para o centro das discussões provoca uma autocrítica em todas as metodologias explicativas. Os conceitos ficam fragmentados liberando os historiadores para diversas práticas do fazer histórico. As palavras surgem como norteadoras das tarefas de renovação do ofício e tentam estruturar todos os aportes do seu ofício.

A questão a que chegamos apresenta uma impossibilidade de diálogo da História com Literatura. A história em suas bases sólidas de ciência e de viés ortodoxo rejeita a aproximação

com a literatura por afirmar a impossibilidade de obter a apreensão de fatos do passado nesse tipo de documento. Pois o teor de sua escrita não apresenta o testemunho histórico compromissado em evidenciar os acontecimentos ocorridos e sim carrega a produção ficcional do seu autor. Por ficcional entendemos o que foi imaginado ou simulado. Este termo tem a palavra ficção como sua cognata que significa ato ou efeito de fingir, fantasia e criação. Ao serem classificados assim os textos literários se distanciam da validade que deve conferir a fonte histórica.

O conteúdo que apresentando, não fidedigno, é descartado sendo utilizado apenas como ilustração. O que se tem como *ficcional* neste caso também se diferencia de *falsificação*. Visto que ficção não pretende ser verdade enquanto a falsificação busca esse mérito de real. Sem créditos substâncias os textos literários assumem caráter marginal no rol de documentos de interesse à história. Com este cenário vigente da crise da metodologia fundante da ciência histórica, de que modo pode ser construída uma combinação entre as estas concepções cuja utilização do objeto central de análise – textos literários – é estrutura principal e que elaborando as novas tendências teóricas do método que busca se afastar e contraporem o método vigente? Essa é a questão norteadora das nossas críticas e pesquisaremos sua possível solução.

No entanto, esse debate vem à superfície novamente, toma o escopo do centro do embate e se torna objeto principal para exemplificação do alcance das teorias beligerantes e contribui enormemente para diálogo em meio à crise historiográfica aberta pelo questionamento dos limites na disciplina. Pesquisadores ligados ao método de análise materialista, Richard Hoggart, E. P. Thompson e especialmente Raymond Williams congregam os resultados de estudos culturais situados no que se convencionou chamar de “Escola de Birmingham”, em oposição aos nascentes parâmetros pós-modernos, e desenvolvem teorias pioneiras voltadas para os estudos contemporâneos sobre cultura, que contribuem em particular com as pesquisas de novas formas metodológicas cuja articulação unia economia e política a comunicação, a sociologia, a teoria social, a teoria literária, a teoria dos meios de comunicação, o cinema, a antropologia cultural, a filosofia e a investigação das diferentes culturas que emergem dos mais diversos corpos sociais.

Dessas novas perspectivas teóricas nós consideramos para nossa explicação em particular a que se apresenta nas abordagens coma literatura. Tais pressupostos empregam legitimidade na apropriação dos textos literários por historiadores cuja aplicação será evidenciada durante a articulação das ideias nos capítulos seguintes.

Do ponto de vistas dos estudos culturais da escola inglesa em Birmingham, o entendimento de cultura é tratado como um fenômeno que perpassa toda sociedade e que está na base dos processos de reprodução social. Embora existam muitas versões para o conceito de cultura esta pode ser aproximadamente resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico. De certo esse conjunto de valores contém diversas manifestações e significados e, portanto suas existências são históricas. Suas produções culturais descrevem sua construção social ao passo que todo documento é monumento torna-se pertinente ao historiador pesquisar como foi construída a linguagem aplicada, qual intenção de sua construção e suas intencionalidades. Que para Chartier (1990, p. 62-63):

Todo documento de qualquer espécie, incluindo o literário é representação do real que se apreende e não se pode desligar de sua realidade de texto construído pautado em regras próprias de produção inerente a cada gênero de escrita de testemunho que cria “um real” na própria historicidade de sua produção e na intencionalidade da escrita.

Por esse pensamento podemos entender, e fazer consideração para sua análise, que o texto deve ser “*contextualizado*” para conhecer o lugar que foi produzido, o autor e sua história, a sociedade que está no entorno e como ele desenvolve essa percepção através seu texto. Desta forma, por mais que seja o escritor original, tanto ele quanto seu texto são sujeitos históricos e, portanto participante da construção da sociedade de seu tempo. Pesquisar e descrever a época, a sociedade, o ambiente social e cultural. As redes de comunicação que estabelece com outros textos, as características de gênero e práticas discursivas (BARROS. 2004, p.137-8).

A dialética sujeito-sociedade personifica um conjunto específico de relações entre autor e público e se promulga em toda sua nitidez. É o que a crítica marxista se preocupa em analisar, a unidade dialética entre esses elementos (EAGLETON, 2011, p.64). Autor e leitor são, na verdade, processos sociais e, por isso mesmo, histórico, ainda que tenham como significantes indivíduos reais, únicos e irrepetíveis. Texto literário traz o arcabouço de ideias, valores, crenças, linguagens, perspectivas de mundo cujo entendimento advém da sociedade qual vive o autor. A tarefa do crítico não é a de completar a obra, mas a de buscar o princípio do seu conflito de significado e como tal conflito é produzido pela relação da obra com a ideologia (EAGLETON, 2011, p.69).

O tempo histórico é fator fundamental para marcar a construção dos textos. São essas

“*substâncias*” dialéticas, tempo e sociedade, que emprestaram significado, rumo e reorientação para o autor. Para se escrever/produzir o texto é necessária uma linguagem específica ocasionada por regras típicas ao meio intelectual legitimador, ao tipo de veículo que será publicado e que tipo de público se destina.

Para tanto o historiador deve continuar a considerar para sua pesquisa a contextualização da obra/texto que o levará a conhecer o lugar que foi produzido, seu estilo, a história do autor e a sociedade que o envolve, as instituições sociais, as redes que formam com outros textos. Isso permeia o texto escrito e constroem o autor de um texto deixando suas marcas (BARROS, 2004, p.137-8).

O leitor por sua vez também construirá significação para enredo de significado resultando na apropriação da obra. Influenciando seu pensar, para aprovação ou rejeição do conteúdo lido. Ou seja, partindo de uma escala de valores intrinsecamente sociais o leitor irá combinar com a teia ideológica que se apresenta delimitada por um tempo histórico para com isso transformar o resultado em novo discurso, em nova dimensão social. Para entender uma ideologia devemos analisar as relações precisas entre as diferentes classes em uma sociedade e fazendo isso significa compreender a posição dessas classes em relação ao modo de produção (EAGLENTON, 2011, p. 21).

Dessa forma se torna impossível estudar os escritos literários sob a ótica histórica apenas utilizando o texto da obra por si só. Desarticulando o material escrito do social e histórico não se apreenderia então a contribuição necessária para o entendimento historiográfico da fonte. O historiador poderá assim estudar o espaço, a cultura, a ciência, as fantasias e medos de mulheres e homens que o precederam na linha evolutiva de discursos que constitui a cultura histórica. Esse entendimento é necessário para nortear o tipo de metodologia que podemos aplicar na pesquisa histórica de fonte literária.

Seguindo estas concepções acima citadas não podemos perder o horizonte da metodologia do trato com a fonte. Vale ressaltar que a História possui intervenções que a tipificam como disciplina e a qualifica como ciência humana. Ela seria referenciada pela construção de hipóteses, procedimentos metodológicos de pesquisa, crítica, avaliação dos resultados e validação e adequação do discurso do conhecimento com o objeto pesquisado. Mesmo não existindo fórmula para trabalhar com qualquer tipo de fonte o historiador de levar em consideração algumas coisas do ponto de vista metodológico.

É comum o iniciante na pesquisa histórica questionar quais são os métodos específicos a disciplina para abordagem da fonte literária. Na verdade, a historiografia não dispõe de metodologia, teoria ou conceitos particulares para tal, ainda que já tenha acumulado experiência razoável nesse tipo de investigação.

Isso significa que embora não havendo maneira específica a ser seguida pelo fazer histórico para trato único e globais das fontes literárias existem algumas operações que são valiosas a historiografia. O método será sempre construído pelo pesquisador no contato com seu objeto. Em face do cipoal de teorias hoje existentes, o que deve prevalecer é o bom senso (FERREIRA, 2005, p.81) Sendo assim, o que primeiramente deve ser levado em consideração é como delimitar com clareza o problema e o motivo do uso desse tipo de fonte.

Ainda que essa ação deva ser utilizada com qualquer tipo de fonte muitas vezes as escolhas dos textos acontecem com as obras que possuem alto índice de reconhecimento trazendo a percepção de que somente devem-se estudar certos livros ou certos autores. E isso faz parte do debate sobre o valor estético, social, ou linguístico na área da crítica literária. Para isso consideremos que em cada recorte temporal existem obras que foram mal recepcionadas e autores ressaltados, mas em outro momento histórico essas obras despertaram interesse justamente pelo seu conteúdo outrora desvalorizado e os autores laureados vistos como insipientes para os assuntos pautados no presente da análise como já fora citado aqui. Ao se ter legitimada uma obra como clássica fica exposto o caminho do debate, pois para CALVINO: “Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando como inconsciente coletivo ou individual.”

Ainda que haja uma estrutura ficcional tanto o!! Outra consideração sobre a forma de analisar é conhecer a fonte, pesquisar a recepção crítica da obra. Saber o que se diz e disse e o que se escreveu sobre ela dela. Além disso quem for trabalhar com a literatura histórica deve saber que existe diferentes gêneros literários, escolas e movimentos porque a variedade em si pode ser responsável por invalidar certas análises que funcionam com um gênero e específico e com outros não. Portanto, as análises estão condicionadas as particularidades de um gênero literário cuja ligação está articulada com as condições sociais e históricas que formam seu público, em diferentes épocas.

O romance, além disso, não possui convenções formais rígidas. Sem ossatura, ele passou por grandes mutações desde suas adaptando-se às transformações históricas. Sua matéria é a atualidade viva, mesmo quando se volta ao passado (FERREIRA, 2005, pp. 76-77). E por isso outra questão que se deve levar em consideração é a que diz respeito ao entendimento do contexto sociocultural contemporâneo à fonte, pois essa convenção é mais relevante do que as minúcias da estrutura do texto.

A História, e as ciências sociais como um todo, se vale do contexto social para fazer emergir seu objeto. Neste momento podemos concluir que um vestígio a partir de seu uso se torna fonte. É preciso prudência para não ser anacrônico no trabalho com a fonte no período analisado. Por isso também é significativo investigar obras que auxiliem a elucidação da problemática que surgiu no horizonte cultural do pesquisador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tanto, há perguntas fundamentais para o exame e compreensão das fontes, por exemplo, a importância de saber como o texto foi produzido. Quais seus objetivos e como se difundiam e quais suas intenções. A investigação acerca da variedade de temas problema norteiam qual a linha de estudo o pesquisador deve seguir. Neste sentido, temos a investigação de distintos papéis que utilizam a produção literária. Destacam-se estudos de textos que originaram instituições e ordens de letrados; da história de divulgação de escritos e suas respectivas formas de suporte (manuscritos, impressos ou textos digitais).

Outra linha para estudos usando obras literárias é a do percurso das instituições responsáveis pela produção e divulgação desse tipo de texto que neste caso podem ser editoras, livrarias, revistas, escolas e gráficas. Existe outra vertente que se debruça na investigação das representações sociais, culturais, de gênero e étnicas. Do ponto de vista material podemos observar a cidade e o campo, a natureza, as lutas sociais e do trabalho.

Mas, independente do objeto e do tema selecionado pelo historiador, a interpretação das obras de literatura requer uma minúcia além de todo o trabalho metodológico. O pesquisador, por seu turno, descobre aspectos que somente a fonte literária poderá proporcionar, diferente de outros escritos ou imagens da nossa experiência no tempo.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste**. São Paulo, Cortez 2011, p.54
- ALMEIDA, Luiz Sávio. **Notas sobre o poder, operárias e comunistas em Alagoas**. Crônicas. 2 ed. Maceió: Edufal, 2013. p. 89
- ARAUJO, Jorge de Souza. **Graciliano Ramos e o desgosto em ser criatura**. 2. ed. Ilhéus: Editus, 2014. 296 p.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo, Ed. Unesp/UCITEC, 1988
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especificidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.55
- BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 50 ed. São Paulo: Cultrix, 2015, 568p
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.
- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo, Companhia Das Letras, 1992
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 62-63
- COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil: a era modernista**. 7 ed. São Paulo: Global, 2004 658p
- COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978;

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História**. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: EDUSC, 2003

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2. Ed. 2001, p. 54

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar 1998

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora Unesp, 1º. Ed. 2011, 160p

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 7.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa. Editorial Presença. , 1985

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio**. 4ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000,p.320

GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, São Paulo: Ed.UNICAMP,1990, p

HOBSBAWN, Eric J. **Sobre história**. Trad. Cid Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2013, p.09

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O livro fontes históricas como fonte**. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (org.). **Fontes históricas**, São Paulo, Contexto,2005,p.11

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013;

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2012, 363 p.

LIMA, Marcus Vinicius Santana. **Quando um carteiro se torna escritor: representações, práticas e apropriações na obra literária de Charles Bukowski**. 120 p. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra. Rio de Janeiro 2013

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOISÉS, Massaud, **Dicionário de termos literários**, 5 ed., São Paulo, Cultrix, 1988

MOISÈS, Massaud. **História da Literatura Brasileira: Vol. V**. 2 ed. São Paulo: Cultrix,1989.

592 p.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 103-104.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004;

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique. et al. **O Brasil republicano**: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 2 ed. Rio de Janeiro: FVG, 1999. 280p

REIS, José Carlos. **O Desafio Historiográfico**. Rio de Janeiro: FVG, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. p.39

SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30**. 1ª ed. São Paulo. Editora Marco Zero, 1990..

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. 2 ed. Maceió: Edufal, 2009, 124p

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

VASCONCELOS, Gerardo e JÚNIOR, Antônio Germano (orgs.). **Linguagens da História**. Fortaleza: Imprece, 2003, coleção: Diálogos Intempestivos, 7, p. 82

VIEIRA, Fernando Gil Portela. A ficção como limite: reflexões sobre o diálogo entre história e literatura. In: **Revista Catarinense de História**, Florianópolis, n 17, 2009, p.13-31.

WHITE, Hayden. **Teoria literária e escrita da história**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n 13, p. 21-48, 1994.

**LINKS**

MARTINS, Leandro Augusto. Disponível em: <http://educacao.globo.com/historia/assunto/mundo-em-tempos-de-guerra/crise-de-1929.html> Acessado em: 02/06/2016

PUGLIA, Daniel; TAVARES, Débora Reis. Literatura e História em duas obras de George Orwell. *Intelligere*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 68-77, oct. 2016. ISSN 2447-9020. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/118353/118512>>. Acesso em: 04 jan. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.118353>